

## APRESENTAÇÃO (ano 14, número 1)

A Revista *Ius Gentium* inicia em seu 14<sup>o</sup> ano de existência uma nova fase de sua história. Em 2022 foi elevada ao estrato A4 no ciclo de avaliação 2017-2020 do sistema Qualis Periódicos, utilizado pela CAPES para avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação brasileiros. A chegada ao nível A premia o trabalho dedicado realizado por todos os editores que trabalharam na revista durante esse tempo, situando-a em uma posição privilegiada entre a elite dos periódicos científicos brasileiros e qualificando-a a receber submissões das pesquisas mais inovadoras e dos pesquisadores mais competentes do país.

Esse momento de consagração marca também a mudança do corpo editorial, com a despedida dos professores Martinho Martins Botelho e Alexandre Coutinho Pagliarini, anteriores editor-chefe e editor-adjunto da Revista *Ius Gentium*. Após a breve experiência de publicação da edição especial comemorativa dos 50 anos de publicação de *O Anti-Édipo* (v. 13, n. Especial, 2022), os novos editores, professores Walter Guandalini Junior e Jailson de Souza Araújo, assumem definitivamente as tarefas de editoração da revista com profunda gratidão pelo devotado trabalho realizado até aqui e muito conscientes da responsabilidade pela manutenção do nível de qualidade atingido pelos professores Botelho e Pagliarini. Esperamos estar à altura da tarefa.

A mudança do corpo editorial não trará grandes alterações na Política Editorial da Revista. Serão mantidas a periodicidade semestral e a vinculação temática às linhas de pesquisa do PPGD-Uninter (Estado, Poder e Jurisdição; Teoria e História da Jurisdição; e Jurisdição e Processo na Contemporaneidade), além, é claro, da política de acesso livre, da revisão por pares em duplo-cego e do nível de qualidade que nos alçou ao estrato A4. Continuaremos a dar prioridade a textos exógenos redigidos por doutores, buscando artigos que representem o que haja de mais avançado na pesquisa jurídica teórica, empírica e dogmática contemporânea. Foram realizados pequenos ajustes nas normas de submissão com o objetivo de tornar o procedimento menos complexo e burocrático, como exige a vida do já sobrecarregado acadêmico contemporâneo. Iniciou-se também um trabalho de atualização do projeto gráfico da revista, com

as já visíveis alterações na capa e a planejada mudança na diagramação, voltadas a torná-las mais adequadas à comunicação do século XXI. Esperamos, por fim, continuar a contar com a preferência dos pesquisadores jurídicos brasileiros e estrangeiros, para que a Revista *Ius Gentium* possa permanecer sendo a referência que hoje é para a pesquisa jurídica nacional.

Este número conta com significativa participação de pesquisas histórico-jurídicas. Abre com o trabalho de Ana Luiza Ferreira Gomes da Silva, que sob a perspectiva da História do Direito Canônico analisa os ritos de reconsagração e reconciliação na obra do jurista neerlandês Petrus Peckius; logo em seguida Álfir Ronaldo Soares Domingues apresenta uma reflexão crítica sobre o emprego da história nos manuais contemporâneos de direito contratual, ressaltando a importância de se compreender o instituto em perspectiva histórica; Gabriela Back Lombardi e Laís Piletti dão continuidade à abordagem historiográfica em sua pesquisa sobre o conceito de democracia no pensamento de Francisco Campos, ponderando a sua contribuição para a construção de uma semântica autoritária do conceito; Victor Oliveira Queiroz e Gustavo César Machado Cabral encerram a seção, analisando o referendo de 1963 sobre o sistema de governo a ser adotado pelo país.

O número inclui também importantes trabalhos de natureza teórico-jurídica. Rafael Domingo Oslé avalia os impactos da transformação do paradigma internacional contemporâneo, que substitui a tripartição “Estado – obrigações entre Estados – guerra” pela nova tríade “Global human Community – global issues – global rule of law”; Daniel Krüger Montoya se debruça sobre o julgamento do massacre da etnia Napalpí por agentes do Estado argentino, reconhecendo a resistência indígena exercida por sua história e oral e por sua insistência em existir; a seção é encerrada pela metapesquisa de Marcos Maia e Cícero Aparecido Bezerra, que examinam os trabalhos produzidos sobre a relação entre comportamento judicial e formação acadêmica e concluem haver relação entre as escolas de graduação e as decisões proferidas por juízes de cortes superiores.

O número também conta com trabalhos de natureza jurídico-dogmática. Jeferson Teodorovicz, Arthur Mendes Lobo, Bruno Cesar Fettermann Nogueira dos Santos e Marcos Aurélio Pereira Valadão analisam a modulação dos efeitos no direito tributário, ressaltando a necessidade de que a prática priorize a

segurança jurídica; Alexander de Castro e Silvio Luis Cordeiro Junior analisam ao marco legal da política de entorpecentes brasileira à luz da proteção integral da pessoa, comentando criticamente os critérios de diferenciação entre usuário e traficante na legislação atual.

A resenha de Lucas Soares Bezerra e João Vitor Gonçalves Pereira conclui a edição. Nela os autores examinam o livro *Migrações Internacionais no Plano Multilateral: reflexões para a política externa brasileira*, de Maria Rita Fontes Faria, argumentando que a obra enfatiza as obrigações do Estado relativas à salvaguarda dos direitos humanos.

Desejamos a todos uma ótima leitura deste vol. 14, nº 1 da Revista *Ius Gentium*.

Walter Guandalini Junior  
Editor-chefe

Jailson de Souza Araújo  
Editor-adjunto